Santander Capitalização S.A.

Demonstrações Financeiras Preparadas de Acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, Aplicáveis às Entidades Supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

30 de Junho de 2018

Simples | Pessoal | Justo

Santander

ÍNDICE **Pág.**

- **Relatório dos Auditores Independentes**....3
- **Relatório da Administração**....7
- **Demonstrações Financeiras**
- Balanços Patrimoniais....9
- Demonstração dos Resultados....11
- Demonstração dos Resultados Abrangentes....12
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido....13
- Demonstração dos Fluxos de Caixa....14
- **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

1. Contexto Operacional....15
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras....15
3. Principais Práticas Contábeis....18
4. Caixa e Equivalentes de Caixa....24
5. Aplicações....24
6. Créditos Tributários e Previdenciários....27
7. Depósitos Judiciais....27
8. Intangível....27
9. Impostos e Contribuições....28
10. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias....28
11. Débitos de Operações com Capitalização....29
12. Depósitos de Terceiros....29
13. Movimentação das Provisões Técnicas....30
14. Patrimônio Líquido....30
15. Outras Receitas (Despesas) Operacionais....31
16. Despesas Administrativas – Diversas....32
17. Despesas com Tributos....32
18. Resultado Financeiro....32
19. Resultado Patrimonial....32
20. Ativos e Passivos Fiscais....32
21. Partes Relacionadas....35
22. Gerenciamento de Riscos....37
23. Outras Informações....39

- **Administradores....40**

www.pwc.com.br

Santander Capitalização S.A.

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018 e relatório do auditor independente

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santander Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Capitalização S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

PricewaterhouseCoopers, Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino, São Paulo, SP, Brasil, 05001-903, Caixa Postal 61005, T: +55 (11) 3674 2000, www.pwc.com.br

Santander Capitalização S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP162785/O-4

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes às atividades da Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização ou Companhia) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 11 de agosto de 2015.

Conjuntura Econômica

O Banco Santander, controlador indireto da Santander Capitalização através da Sancap Investimentos e Participações S.A., destaca que os últimos meses apresentaram muita volatilidade no mercado brasileiro, com forte movimento na taxa de câmbio, bolsa de valores, curva de juros, entre outros ativos. Na visão do Banco, essas mudanças refletiram tanto aspectos domésticos quanto internacionais.

No cenário global, o Santander avalia que as discussões comerciais entre Estados Unidos e China ainda não chegaram a uma conclusão e têm sido um dos principais motivos para o aumento da aversão a risco no mundo. Além disso, na visão do Banco, os dados positivos da economia americana levam o mercado a alimentar expectativas de altas adicionais dos juros por lá, impactando países emergentes, inclusive o Brasil. A combinação desses fatores, na análise do Santander, explica o movimento de fortalecimento do Dólar em relação à maioria das moedas, inclusive o Real.

No que diz respeito aos fatores internos, o Banco Santander acredita que as incertezas sobre o quadro eleitoral continuam como um dos principais motivos por trás das oscilações nos mercados. Como exemplo, a taxa de câmbio teve desvalorização superior a 15% no segundo trimestre, levando o Bacen a realizar intervenções (principalmente no mês de junho, via oferta superior a US$35 bilhões em swaps cambiais) para mitigar os movimentos da moeda. O Santander segue prevendo que a taxa de câmbio encerrará 2018 a R$/US$3,50, devido à dissipação das incertezas com as eleições, mas com muitas oscilações até lá.

Já sobre a atividade produtiva, o Banco ressalta que as projeções do mercado têm sido revisadas para baixo, principalmente, após a paralisação do transporte de cargas que ocorreu no final de maio. Mas, na visão do Santander, isso não quer dizer que haverá recessão na economia brasileira; a expectativa ainda é de crescimento, mas ele deve acontecer de forma mais lenta do que era esperado no início do ano. Com isso, o Santander reforça que a elevada ociosidade dos fatores de produção na economia doméstica não deverá ser eliminada nos próximos trimestres, o que sustenta o cenário de inflação dentro da meta neste e no próximo ano e, consequentemente, manutenção da taxa Selic em patamares baixos por mais algum tempo. O Santander projeta elevação da taxa básica de juros somente no segundo semestre de 2019. As expectativas do Banco para o final deste e do próximo ano são de 6,50% a.a. e 7,50% a.a., respectivamente.

Essas projeções de inflação e juros baixos do Banco Santander têm como premissa a continuidade da agenda de reformas na economia brasileira, sobretudo no campo fiscal. De fato, o Santander reforça a avaliação de que a disposição e capacidade do próximo governo em buscar a estabilização da dívida pública, bem como de manter uma política econômica sustentável, serão fundamentais para que o país entre em uma trajetória de desenvolvimento econômico e social de longo prazo.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Santander Capitalização, atingiu no semestre findo em 30 de junho de 2018, um lucro líquido no valor de R$41.958 (2017 - R$53.340), patrimônio líquido de R$241.999 (31/12/2017 - R$219.433) e provisões técnicas de capitalização de R$1.901.895 (31/12/2017 - R$1.865.828).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, de no mínimo 25%.

A Assembleia Geral poderá, de acordo com proposta da Diretoria Executiva, destinar à formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 100% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, poderá deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Santander Capitalização. O limite destinado para a formação da reserva para equalização de dividendos, foi alterado de 50% para 100% do valor do capital social, na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de março de 2018. Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos.

Perspectivas

A Santander Capitalização continuará expandindo seus negócios e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o contínuo foco na qualidade de atendimento aos clientes, na gestão de custos operativos e na qualidade e solidez do balanço. A principal estratégia é o crescimento dos negócios através do lançamento de produtos inovadores que contribuam de maneira positiva com nossos clientes, acionistas e com o desenvolvimento do mercado brasileiro de capitalização.

Outras Informações

A política de atuação da Santander Capitalização na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A.

A Santander Capitalização informa que no semestre findo em 30 de junho de 2018, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Ademais, a Santander Capitalização confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Santander Capitalização.

São Paulo, 23 de agosto de 2018.

A Diretoria Executiva

SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	30/06/2018	31/12/2017
Ativo Circulante		**702.684**	**1.233.197**
Disponível	**4&21.c**	**5.839**	**2.801**
Caixa e Bancos		5.839	2.801
Aplicações		**695.603**	**1.229.145**
Títulos de Renda Fixa	5.a	502.741	372.932
Cotas de Fundo de Investimento	5.a	192.862	856.213
Títulos e Créditos a Receber		**646**	**160**
Títulos e Créditos a Receber	21.c	69	69
Outros Créditos		577	91
Outros Valores e Bens		**596**	**1.091**
Outros Valores		596	1.091
Ativo não Circulante		**1.622.755**	**1.067.009**
Ativo Realizável a Longo Prazo		**1.488.281**	**932.507**
Aplicações		**1.307.266**	**759.744**
Títulos de Renda Fixa	5.a	1.307.266	759.420
Outras Aplicações	5.d	8.326	8.326
(-) Redução ao Valor Recuperável	5.d	(8.326)	(8.002)
Títulos e Créditos a Receber		**181.015**	**172.763**
Créditos Tributários e Previdenciários	6&20.a	26.756	21.343
Depósitos Judiciais e Fiscais	7	154.259	151.420
Investimentos		**1.353**	**1.381**
Imóveis Destinados a Renda		**1.348**	**1.368**
Outros Investimentos		**5**	**13**
Outros Investimentos		1.077	1.085
(-) Redução ao Valor Recuperável		(1.072)	(1.072)
Imobilizado		**-**	**-**
Bens Móveis		3	3
(-) Depreciação		(3)	(3)
Intangível	**8**	**133.121**	**133.121**
Outros Intangíveis		**133.121**	**133.121**
Ágios de Incorporação		133.121	133.121
Total do Ativo		**2.325.439**	**2.300.206**

	Notas Explicativas	30/06/2018	31/12/2017
Passivo Circulante		**1.949.422**	**1.939.385**
Contas a Pagar		**26.479**	**54.108**
Obrigações a Pagar		693	460
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		799	610
Impostos e Contribuições	9	24.751	52.946
Outras Contas a Pagar		236	92
Débitos de Operações com Capitalização	**11**	**20.464**	**18.984**
Débitos Operacionais		20.464	18.984
Depósitos de Terceiros	**12**	**584**	**465**
Provisões Técnicas - Capitalização	**13**	**1.901.895**	**1.865.828**
Provisão para Resgates		1.886.986	1.847.779
Provisão para Sorteios		14.909	16.539
Outras Provisões		-	1.510
Passivo não Circulante		**134.018**	**141.388**
Contas a Pagar		**2.605**	**12.754**
Tributos Diferidos	20.d	2.605	12.754
Outros Débitos		**131.413**	**128.634**
Provisões Judiciais	10.b	129.085	126.706
Débitos Diversos		2.328	1.928
Patrimônio Líquido	**14**	**241.999**	**219.433**
Capital Social		140.900	140.900
Reservas de Lucros		61.725	61.725
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(2.584)	16.808
Lucros Acumulados		41.958	-
Total do Passivo		**2.325.439**	**2.300.206**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Receitas Liquidas com Títulos de Capitalização		**217.643**	**217.870**
Arrecadação com Títulos de Capitalização		733.549	693.940
Variação da Provisão para Resgate		(515.906)	(476.070)
Resultado com Sorteios		**(41.700)**	**(46.805)**
Custos de Aquisição		**(22)**	**(14)**
Outras Receitas e Despesas Operacionais	**15**	**(122.135)**	**(115.234)**
Outras Receitas Operacionais		10.632	17.020
Outras Despesas Operacionais		(132.767)	(132.254)
Despesas Administrativas		**(9.954)**	**(7.005)**
Serviços de Terceiros		(362)	(306)
Localização e Funcionamento		(4.904)	(3.211)
Publicidade e Propaganda		(500)	-
Publicações		(65)	(80)
Donativos e Contribuições		(834)	(1.654)
Despesas Administrativas Diversas	16	(3.289)	(1.754)
Despesas com Tributos	**17**	**(9.284)**	**(9.396)**
Resultado Financeiro	**18**	**41.837**	**56.122**
Receitas Financeiras		89.474	112.925
Despesas Financeiras		(47.637)	(56.803)
Resultado Patrimonial	**19**	**396**	**390**
Receitas com Imóveis de Renda		416	416
Despesas com Imóveis Destinados à Renda		(20)	(26)
Resultado Operacional		**76.781**	**95.928**
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		**(348)**	**(287)**
Resultado antes dos Impostos		**76.433**	**95.641**
Imposto de Renda	20.f	(18.831)	(23.998)
Contribuição Social	20.f	(15.644)	(18.303)
Lucro Líquido do Semestre		**41.958**	**53.340**
Quantidade de Ações (Mil)	14.a	64.615	64.615
Lucro Líquido por Ação - R$ (Mil)		0,65	0,83

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Lucro Líquido do Semestre		**41.958**	**53.340**
Outras Receitas (Despesas) Reconhecidas		**(19.392)**	**10.617**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.c	(33.898)	18.975
Efeitos Tributários sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	20.e	14.506	(8.358)
Resultado Abrangente do Semestre		**22.566**	**63.957**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

				Reservas de Lucros				
	Notas Explicativas	Capital Social	Aumento de Capital Social em Aprovação	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		**123.900**	**-**	**24.779**	**138.799**	**5.523**	**-**	**293.001**
Aumento do Capital Social	14.a	-	17.000	-	(17.000)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	-	10.617	-	10.617
Dividendos	14.b	-	-	-	(60.088)	-	-	(60.088)
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	53.340	53.340
Saldos em 30 de Junho de 2017		**123.900**	**17.000**	**24.779**	**61.711**	**16.140**	**53.340**	**296.870**
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		**140.900**	**-**	**28.180**	**33.545**	**16.808**	**-**	**219.433**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	-	(19.392)	-	(19.392)
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	-	41.958	41.958
Saldos em 30 de Junho de 2018		**140.900**	**-**	**28.180**	**33.545**	**(2.584)**	**41.958**	**241.999**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTANDER CAPITALIZAÇÃO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre		**41.958**	**53.340**
Ajustes para:		**(1.477)**	**(2.072)**
Depreciação e Amortizações	19	20	26
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	10.c	2.396	4.649
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.e	(1.056)	(2.860)
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		8	-
Atualização de Depósitos Judiciais	18	(2.845)	(3.887)
Variação de Ativos e Passivos:		**(37.443)**	**34.900**
Aplicações		(47.878)	18.849
Títulos e Créditos a Receber		(480)	(510)
Outros Valores e Bens		495	-
Contas a Pagar		36.803	45.044
Débitos das Operações com Capitalização		1.480	3.561
Depósitos de Terceiros		119	1.075
Provisões Técnicas - Capitalização		36.067	19.395
Outros Débitos		383	1.966
Impostos Pagos		(64.432)	(54.480)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais		**3.038**	**86.168**
Atividades de Financiamento			
Dividendos Pagos	14.b	-	(80.242)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento		**-**	**(80.242)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		**3.038**	**5.926**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	**4&21.c**	**2.801**	**3.836**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	**4&21.c**	**5.839**	**9.762**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

A Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização ou Companhia), subsidiária integral da Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 21.b), é uma sociedade por ações com duração por prazo indeterminado, com sede social na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, 22º Andar - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP, integrante do Conglomerado Santander e que tem como objeto social a instituição e administração de planos de capitalização, pagos pelos portadores de seus títulos, visando a constituição de capitais garantidos, ao fim do prazo fixado no título respectivo, de acordo com a legislação vigente e notas técnicas aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Santander Capitalização atua em três modalidades de produto de capitalização, quais sejam tradicional, popular e incentivos, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB),* e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, que entrou em vigor a partir da data de sua publicação no dia 11 de agosto de 2015, que instituiu o novo plano de contas, a possibilidade de escolha entre o método direto ou indireto do fluxo de caixa e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018 foram autorizadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 23 de agosto de 2018.

Adoção de Novas Normas e Interpretações

A Santander Capitalização adotou a CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15), que entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018.

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes

Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1 de janeiro de 2018. Esta norma específica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas relevantes. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução.

O princípio básico do CPC 47 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços.

Após análise, foi possível concluir que não houve impactos significativos nas receitas reconhecidas até 31 de dezembro de 2017, bem como a partir da adoção da nova norma em 1 de janeiro de 2018.

Normas e Interpretações que Entrarão em Vigor após 30 de Junho de 2018

Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 30 de junho de 2018 e ainda não foram adotadas pela Santander Capitalização são:

1. CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

Este novo pronunciamento ainda não foi referendado pela SUSEP. Adicionalmente, o regulador concedeu para as entidades uma isenção temporária para aplicação desta norma, visando implantar estas mudanças em conjunto com a nova norma de seguro são:

1.a) Classificação de Instrumentos Financeiros

O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão como as características dos fluxos de caixa contratuais. Com base no supracitado, um ativo financeiro será classificado como i) custo amortizado, ii) valor justo afetando o resultado ou iii) valor justo afetando o patrimônio líquido. O CPC 48 estabelece outras opções de designar um instrumento a valor justo afetando o resultado sob certas condições.

1.b) Modelo de *Impairment* por Risco de Crédito

A principal novidade em relação às regras atuais é que a nova norma contábil introduz o conceito de perda esperada frente ao modelo atual (CPC 38) com base na perda incorrida.

Perímetro de Aplicação

O modelo de *impairment* de Ativos do CPC 48 aplica-se sobre os Ativos Financeiros classificados nas categorias mensurados a custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao valor justo afetando de outros resultados abrangentes, além da contraprestação de arrendamento, bem como os riscos e compromissos contingente não mensurados ao justo valor e disponibilidade de linhas de crédito.

Classificação de Instrumentos Financeiros por Estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* será dividida em três categorias, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- Estágio 1: Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este Ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses da data do reporte.

- Estágio 2: Se houver um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por *default* reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada, ou operações incluídas em um acordo especial.

- Estágio 3: Um instrumento financeiro é registrado dentro desta fase, quando ele mostra sinais de deterioração eficazes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

Metodologia de Estimação de *Impairment*

A mensuração da perda esperada se realiza por intermédio dos seguintes fatores:

- Exposição à inadimplência (EAD): é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência. Os modelos desenvolvidos incorporam premissas sobre as mudanças no cronograma de pagamento das operações.

- Probabilidade de inadimplência (PD) é definido como a probabilidade de que a contraparte pode não cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos do CPC 48 serão considerados ambos: PD-12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em *default* durante os próximos 12 meses bem como a PD - *Lifetime*, que considera a probabilidade de que a operação entre em *default* entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimação desses parâmetros devem ser consideradas.

- Perda por inadimplência (LGD) é a perda resultante no caso de incumprimento, ou seja, a porcentagem de exposição que não deverá ser recuperada em caso de inadimplência. Depende, principalmente, da atualização das garantias associadas à operação, que são considerados mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro e os fluxos de caixa futuros esperados a ser recuperado. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimação.

- Taxa de desconto: é a taxa que aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, iguala o valor presente líquido do instrumento financeiro ao seu valor contábil. Em geral, não se deve levar em conta ao calcular a taxa de desconto, as perdas esperadas por *default* quando da estimativa de fluxos de caixa futuros, exceto nos casos em que o ativo é considerado não recuperável, no qual a taxa de juros aplicada levará em consideração tais perdas e a taxa efetiva de juros é ajustada pelo risco de crédito.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, a Santander Capitalização tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros, tanto para fins do ambiente regulatório, bem como para a gestão interna.

Além de usar a informação atual e passada, a Santander Capitalização atualmente utiliza informações futuras sobre processos regulatórios e gestão interna, incorporando vários cenários. A este respeito, a Santander Capitalização reaproveitará sua experiência na gestão de informações futuras e manterá a consistência com as informações usadas em outros processos.

1.c) Contabilização de *Hedge*

O CPC 48 introduz novos requerimentos para a contabilização de *hedge*, cujo duplo objetivo é simplificar os requisitos atuais e alinhar a contabilidade de *hedge* com a gestão de risco, permitindo uma maior variedade de instrumentos financeiros que podem ser considerados como instrumentos de proteção.

No entanto, a Santander Capitalização não tem, atualmente, estruturas de *Hedge Accounting*.

2. CPC 06 (R2) - Contratos de Leasing (IFRS 16)

Emitida em janeiro de 2016, com data de aplicação obrigatória pelo *IASB* a partir de 1 de janeiro de 2019. Esta norma contém uma nova abordagem para os contratos de leasing, que requer ao arrendatário reconhecer ativos e passivos pelos direitos e obrigações criados pelo contrato. Assim sendo, primeiramente a entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Com data de vigência a partir de janeiro de 2019, a Santander Capitalização ainda está em processo de análise deste novo pronunciamento, observando criteriosamente o novo conceito de arrendamento mercantil, principalmente na sua atuação como arrendatária. Este CPC ainda está em processo de aprovação pela SUSEP.

3. CPC 11 - Contratos de Seguros (IFRS 17)

O CPC 11 visa substituir o CPC 4 e tem como data de implementação 1 de janeiro de 2021. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, afim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. Este pronunciamento ainda está em processo de aprovação da SUSEP.

Estimativas Contábeis

Os resultados e a determinação do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Santander Capitalização na elaboração das demonstrações financeiras. A Santander Capitalização faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos exercícios. Todas as estimativas e assunções requeridas são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável e se referem, basicamente, aos seguintes fatores:

• Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos na Nota 3-e;

• Redução ao valor recuperável de ativos - constituída para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos a receber são discutidos na Nota 3-f;

• Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros (incluindo ativos tangíveis e ágio) são discutidos na Nota 3-i e j;

• A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos na Nota 3-i e j;

• Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos na Nota 3-k;

• Provisões técnicas de capitalização são discutidos na Nota 3-l; e

• Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são discutidos na Nota 3-n.

As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

• Mudanças nas taxas de juros;

• Mudanças nos índices de inflação;

• Regulamentação governamental e questões fiscais;

• Processos ou disputas judiciais adversas;

• Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de seguros e previdência;

• Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e

• Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras da Santander Capitalização estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, exceto com relação as receitas de capitalização conforme Nota 3.g.

c) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, reconhecidos “pro rata” dia. Os rendimentos e encargos prefixados são demonstrados como redução dos ativos e passivos a que se referem. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações financeiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Avaliação de Ativos e Passivos Financeiros

Definições e Classificação dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Capitalização e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

ii. Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "outros valores e bens" ou se forem referentes a "caixa e equivalentes de caixa" e "participações societárias", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de *hedge*.

• Outros ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e totalmente mensurados ao valor justo, com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (divergências contábeis) derivados da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros, ou ambos, que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento.

Estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

• Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado". Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

• Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

• Investimentos mantidos até o vencimento: os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários

mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Os passivos financeiros da Santander Capitalização são incluídos para fins de mensuração na seguinte categoria:

• Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento. Correspondem, basicamente, a dividendos e juros sobre capital próprio e provisões matemáticas para resgate - títulos de capitalização.

iii. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Os “empréstimos e recebíveis” e “investimentos mantidos até o vencimento” são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O “custo amortizado” é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Santander Capitalização ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

iv. Técnicas de Avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos financeiros em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Santander Capitalização para apurar seu valor justo:

	30/06/2018		31/12/2017		
Ativos Financeiros	**Cotações Publicadas - Preço em Mercados Ativos (Nível 1)**	**Total**	**Cotações Publicadas - Preço em Mercados Ativos (Nível 1)**	**Técnicas de Valorização Dados Observáveis (Nível 2)**	**Total**
Valor Justo por Meio do Resultado	**192.862**	**192.862**	**856.213**	**-**	**856.213**
Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo	192.862	192.862	856.213	-	856.213
Disponíveis para Venda	**1.810.007**	**1.810.007**	**1.045.392**	**86.960**	**1.132.352**
Letras Financeiras - LF	-	-	-	86.960	86.960
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.387.193	1.387.193	718.330	-	718.330
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	422.814	422.814	327.062	-	327.062
Total	**2.002.869**	**2.002.869**	**1.901.605**	**86.960**	**1.988.565**

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Em 30 de junho de 2018, a Santander Capitalização não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 2.

O Nível 3 registra ativos ou passivos financeiros para os quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração do valor justo. Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a Santander Capitalização não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 3.

Não houve reclassificações entre níveis nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017.

Ativos Financeiros não Recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

• Ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida.

• Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma perda do valor recuperável. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração do resultado no período em que a redução ao valor recuperável diminuir e puder ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de contas a receber, conforme definido na Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores. As respectivas despesas das reduções ao valor recuperável de ativos são reconhecidas na rubrica "outras receitas (despesas) operacionais".

g) Receitas com Títulos de Capitalização

As receitas com títulos de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de produtos de pagamento único (PU) ou da 1ª parcela de produto de pagamento mensal (PM) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou de pagamentos periódicos (PP). O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanham a forma de contabilização da receita. As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas monetárias ou cambiais, calculadas a índices ou taxas oficiais "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

h) Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

i) Imobilizado e Imóveis Destinados a Renda

O imobilizado e os imóveis destinados a renda estão sendo apresentado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

A depreciação do imobilizado e dos imóveis destinados a renda é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, móveis, máquinas, equipamentos de uso e sistemas de comunicação - 10% e sistemas de processamento de dados - 20%.

A Santander Capitalização avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas independentes.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo imobilizado, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável. Adicionalmente o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a Santander Capitalização reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

j) Intangível

j.1) Ágio

Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida é contabilizada de acordo com CPC 15, “Combinação de Negócios”.

O ágio é reconhecido somente quando o montante da contraprestação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

A amortização desse ágio não é permitida, sendo testado para fins de "*impairment*" (teste de recuperabilidade). O teste de recuperabilidade do ágio é realizado no final de cada exercício apresentado, ou em menor período no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável, e o valor considerado como não recuperável é baixado e debitado à rubrica "perdas com outros ativos (líquidas) - outros ativos intangíveis" na demonstração do resultado. Uma perda do valor recuperável do ágio não é revertida em exercícios subsequentes.

k) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Santander Capitalização é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou complementadas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 10.g) e para os processos cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Capitalização, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira da Santander Capitalização.

l) Provisões Técnicas

Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR).

Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título.

Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados e a provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos.

Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

Taxa e Carregamento dos Principais Títulos

Processo SUSEP	Tipo	Carregamento Médio
15414.900661/2014-56	PM	16,50%
15414.002038/2010-11	PU	19,73%
15414.004261/2008-70	PM	11,23%

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras, e as empresas de capitalização podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas com tributos.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as empresas de capitalização, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL foi elevada de 15% para 20 % para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 20.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Aplicações

a) Composição por Classificação

					30/06/2018
			Ajuste ao Valor de Mercado no:		
Ativos Financeiros	**Taxa de Juros Contratada - %**	**Custo Amortizado**	**Patrimônio Líquido**	**Valor Contábil**	**% do Total**
Valor Justo por Meio do Resultado		**192.862**	**-**	**192.862**	**9,6%**
Títulos Privados		**192.862**	**-**	**192.862**	**9,6%**
Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo	-	192.862	-	192.862	9,6%
Disponíveis para Venda		**1.814.524**	**(4.517)**	**1.810.007**	**90,4%**
Títulos Públicos		**1.814.524**	**(4.517)**	**1.810.007**	**90,4%**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6,99% a 12,56% a.a. PRE	1.388.596	(1.403)	1.387.193	69,3%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	8,99% a 11,84% a.a. PRE	425.928	(3.114)	422.814	21,1%

Total		**2.007.386**	**(4.517)**	**2.002.869**	**100,0%**
Circulante				**695.603**	
Não Circulante				**1.307.266**	

31/12/2017

Ativos Financeiros	Taxa de Juros Contratada - %	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado no: Patrimônio Líquido	Valor Contábil	% do Total
Valor Justo por Meio do Resultado		**856.213**	**-**	**856.213**	**43,1%**
Títulos Privados		**856.213**	**-**	**856.213**	**43,1%**
Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo	-	856.213	-	856.213	43,1%
Disponíveis para Venda		**1.102.971**	**29.381**	**1.132.352**	**56,9%**
Títulos Privados		**86.929**	**31**	**86.960**	**4,4%**
Letras Financeiras - LF	105,50% CDI	86.929	31	86.960	4,4%
Títulos Públicos		**1.016.042**	**29.350**	**1.045.392**	**52,5%**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8,35% a 12,56% a.a. PRE	695.414	22.916	718.330	36,1%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	9,00% a 11,84% a.a. PRE	320.628	6.434	327.062	16,4%
Total		**1.959.184**	**29.381**	**1.988.565**	**100,0%**
Circulante				**1.229.145**	
Não Circulante				**759.420**	

b) Composição por Prazo de Vencimento

30/06/2018

Ativos Financeiros	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Valor Justo por Meio do Resultado	**192.862**	**-**	**-**	**-**	**-**	**192.862**
Títulos Privados	**192.862**	**-**	**-**	**-**	**-**	**192.862**
Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo	192.862	-	-	-	-	192.862
Disponíveis para Venda	**-**	**248.093**	**254.648**	**766.652**	**540.614**	**1.810.007**
Títulos Públicos	**-**	**248.093**	**254.648**	**766.652**	**540.614**	**1.810.007**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	228.462	254.648	607.498	296.585	1.387.193
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	19.631	-	159.154	244.029	422.814
Total	**192.862**	**248.093**	**254.648**	**766.652**	**540.614**	**2.002.869**

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos Administradores dos fundos diariamente e os títulos privados representado por Letras Financeiras - LF foram avaliados baseados em modelos que utilizam parâmetros de mercados observáveis.

Composição da Carteira de Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo

				30/06/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros	**Até 3 Meses**	**De 1 a 3 Anos**	**Acima de 3 Anos**	**Total**	**Total**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	85.142	107.733	192.875	786.214
Letras do Tesouro Nacional - LTN - O	-	-	-	-	70.018
Valores em Tesouraria	13	-	-	13	14
Contas a Pagar	(26)	-	-	(26)	(33)
Total	**(13)**	**85.142**	**107.733**	**192.862**	**856.213**

c) Movimentação das Aplicações

Ativos Financeiros	**Saldo em 31/12/2017**	**Aplicações**	**Resgates**	**Resultado Financeiro**	**Ajuste ao Valor de Mercado no Resultado/ Patrimônio Líquido**	**Saldo em 30/06/2018**
Valor Justo por Meio do Resultado	**856.213**	**373.174**	**(1.050.419)**	**13.894**	**-**	**192.862**
Títulos Privados	**856.213**	**373.174**	**(1.050.419)**	**13.894**	**-**	**192.862**
Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo	856.213	373.174	(1.050.419)	13.894	-	192.862
Disponíveis para Venda	**1.132.352**	**792.858**	**(153.969)**	**72.664**	**(33.898)**	**1.810.007**
Títulos Privados	**86.960**	**-**	**(87.611)**	**682**	**(31)**	**-**
Letras Financeiras - LF	86.960	-	(87.611)	682	(31)	-
Títulos Públicos	**1.045.392**	**792.858**	**(66.358)**	**71.982**	**(33.867)**	**1.810.007**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	718.330	688.236	(51.442)	56.388	(24.319)	1.387.193
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	327.062	104.622	(14.916)	15.594	(9.548)	422.814
Total	**1.988.565**	**1.166.032**	**(1.204.388)**	**86.558**	**(33.898)**	**2.002.869**

Ativos Financeiros	**Saldo em 31/12/2016**	**Aplicações**	**Resgates**	**Resultado Financeiro**	**Ajuste ao Valor de Mercado no Resultado/ Patrimônio Líquido**	**Saldo em 30/06/2017**
Valor Justo por Meio do Resultado	**740.157**	**418.070**	**(531.660)**	**40.167**	**-**	**666.734**
Títulos Privados	**740.157**	**418.070**	**(531.660)**	**40.167**	**-**	**666.734**
Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo	740.157	418.070	(531.660)	40.167	-	666.734
Disponíveis para Venda	**1.224.784**	**150.004**	**(164.301)**	**68.871**	**18.975**	**1.298.333**
Títulos Privados	**228.974**	**-**	**(155.820)**	**10.527**	**(195)**	**83.486**
Letras Financeiras - LF	228.974	-	(155.820)	10.527	(195)	83.486
Títulos Públicos	**995.810**	**150.004**	**(8.481)**	**58.344**	**19.170**	**1.214.847**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	817.215	49.999	-	48.397	14.568	930.179
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	178.595	100.005	(8.481)	9.947	4.602	284.668
Total	**1.964.941**	**568.074**	**(695.961)**	**109.038**	**18.975**	**1.965.067**

d) Outras Aplicações

As outras aplicações registradas no realizável a longo prazo, referem-se a aplicações em incentivos fiscais. O valor em 30 de junho de 2018 é de R$8.326 (31/12/2017 - R$8.326), para as quais foram constituídas perdas ao valor recuperável no valor de R$8.326 (31/12/2017 - R$8.002).

e) Garantia das Provisões Técnicas

As seguintes parcelas de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas:

	30/06/2018	31/12/2017
Títulos de Renda Fixa Públicos	1.810.007	1.045.392
Títulos de Renda Fixa Privados	-	69.568
Cotas de Fundo de Investimento Exclusivo	192.862	856.213
Total de Cobertura	**2.002.869**	**1.971.173**
Provisões Técnicas (Nota 13)	(1.901.895)	(1.865.828)
Depósitos de Terceiros (Nota 12)	-	(465)
Total de Excedente	**100.974**	**104.880**

Em 2018, para atendimento ao órgão regulador SUSEP, os saldos da conta depósito de terceiros, no que se refere às reservas técnicas foram reincorporadas as mesmas.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a Santander Capitalização não possui saldos com instrumentos financeiros derivativos.

6. Créditos Tributários e Previdenciários

	30/06/2018	31/12/2017
Créditos Tributários (Nota 20.a)	26.756	21.343
Total - Ativo não Circulante	**26.756**	**21.343**

7. Depósitos Judiciais

	30/06/2018	31/12/2017
Fiscais	154.231	151.385
Trabalhistas	28	35
Total - Ativo não Circulante	**154.259**	**151.420**

8. Intangível

Composto pelo ágio na aquisição da Real Capitalização S.A. no valor líquido de R$133.121 (31/12/2017 - R$133.121), com vida útil - indefinida.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ágio na aquisição da Real Capitalização S.A. é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve à probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada através da produção de laudo interno, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação.

Principais Premissas:	31/12/2017
Base para Determinação do Valor Recuperável	Valor em Uso: Fluxos de Caixa
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa (1)	5 Anos
Taxa de Crescimento	4,0%
Taxa de Desconto (2)	15,4%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM).

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

9. Impostos e Contribuições

	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de Renda	11.929	26.185
Contribuição Social	11.448	25.368
PIS e COFINS	1.374	1.393
Total - Passivo Circulante	**24.751**	**52.946**

10. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 30 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

b) Provisões Judiciais - Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	30/06/2018	31/12/2017
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	129.085	126.706
Total - Passivo não Circulante	**129.085**	**126.706**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2018		01/01 a 30/06/2017	
	Fiscais	Cíveis	Fiscais	Outras Provisões
Saldo Inicial	**126.706**	**-**	**118.935**	**-**
Constituição Líquida de Reversão	2.379	17	4.607	42
Baixas por Pagamento	-	(17)	-	-
Outras	-	-	-	1.966
Saldo Final	**129.085**	**-**	**123.542**	**2.008**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos (1)	128.697	-	122.889	-

(1) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias e Trabalhistas

A Santander Capitalização é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da Companhia com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

O principal processo judicial e administrativo relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias é:

Majoração de Alíquota da CSLL - R$128.697 (31/12/2017 - R$126.258): Mandado de Segurança visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As empresas de capitalização estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15% a partir de abril de 2008.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cível Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

Em 30 de junho de 2018, as ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram em R$1.943, e não há valores de ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista e cível.

11. Débitos de Operações com Capitalização

Referem-se, principalmente, ao acordo operacional com o Banco Santander, que tem por objeto o rateio de despesas com comercialização, operacionalização e premiação dos títulos cuja contrapartida no resultado é a conta outras despesas operacionais. (Nota 21.c), registrados no passivo circulante.

12. Depósitos de Terceiros

Registram as pendências sistêmicas e tratamento de parcelas.

O saldo da conta de depósitos de terceiros está abaixo distribuído:

	30/06/2018	31/12/2017
De 0 a 30 Dias	179	187
De 31 a 60 Dias	3	14
De 61 a 120 Dias	80	18
De 121 a 180 Dias	148	65
De 181 a 365 Dias	20	30
Superior a 365 Dias	154	151
Total - Passivo Circulante	**584**	**465**

13. Movimentação das Provisões Técnicas

	Provisão Matemática para Resgates	Provisão para Sorteios	Outras Provisões Técnicas	Total
Saldo Inicial em 31 de Dezembro de 2017 - Passivo Circulante	**1.847.779**	**16.539**	**1.510**	**1.865.828**
Constituição	517.897	41.768	-	559.665
Juros e Atualização Monetária (Nota 18)	43.992	2	-	43.994
Baixas	(522.682)	(43.400)	(1.510)	(567.592)
Saldo Final em 30 de Junho de 2018 - Passivo Circulante	**1.886.986**	**14.909**	**-**	**1.901.895**

	Provisão Matemática para Resgates	Provisão para Sorteios	Outras Provisões Técnicas	Total
Saldo Inicial em 31 de Dezembro de 2016 - Passivo Circulante	**1.661.964**	**19.288**	**83.907**	**1.765.159**
Constituição	558.998	46.805	-	605.803
Juros e Atualização Monetária (Nota 18)	49.573	29	-	49.602
Baixas	(503.807)	(48.775)	(83.428)	(636.010)
Saldo Final em 30 de Junho de 2017 - Passivo Circulante	**1.766.728**	**17.347**	**479**	**1.784.554**

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, é de R$140.900, representado por 64.615 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas detidas por sociedade domiciliada no país.

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 22 de maio de 2017, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R$17.000, mediante a capitalização da reserva para equalização de dividendos e sem modificação do número de ações, passando o capital social do valor de R$123.900 para R$140.900. O processo do aumento de capital foi aprovado pela SUSEP em 23 de setembro de 2017.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral da Santander Capitalização.

Em 23 de fevereiro de 2017, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários no valor de R$60.088 (R$0,929939 em reais por ação ordinária) com base na conta de reservas para equalização de dividendos, o pagamento foi efetuado em 20 de abril de 2017.

c) Reservas

Reserva Legal

Estatutariamente sobre a destinação do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 100% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. Caso seja atingido o referido limite caberá à Assembleia Geral deliberar sobre a

destinação do saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas, e/ou sua destinação para o aumento do capital social e/ou sua retenção, visando sempre atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia, submetido pela Diretoria Executiva à aprovação de Assembleia Geral e por esta, se aplicável, revisto anualmente na hipótese em que tal orçamento tiver duração superior a um exercício social.

O limite destinado para a formação da reserva para equalização de dividendos, foi alterado de 50% para 100% do valor do capital social, na AGE de 29 de março de 2018.

d) Lucro por Ação

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros conversíveis em ações.

e) Patrimônio Líquido Ajustado – PLA

	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido	241.999	219.433
Exclusão:		
Ativo Intangível	133.121	133.121
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias que Excederem 15% do Capital Mínimo Requerido	16.832	13.884
PLA (Ajustes Contábeis)	**92.046**	**72.428**
Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos		
Superávit de Fluxos não Registrados para as Sociedades de Capitalização	-	3.763
Superávit entre Provisões Exatas Constituídas e Fluxo Real de Sociedades de Capitalização	2.727	21.075
PLA (Total) = PLA (Ajustes Contábeis) + Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos (1)	**94.773**	**97.266**

f) Capital Mínimo Requerido (CMR)

	30/06/2018	31/12/2017
Capital Base	10.800	10.800
Risco de Crédito	5.125	9.252
Risco Operacional	4.291	4.116
Risco de Subscrição	13.892	14.543
Risco de Mercado	54.916	35.092
Benefício da Correlação de Risco	(12.059)	(13.273)
CMR	**66.165**	**49.730**
PLA - Total	**94.773**	**97.266**
Suficiência	**28.608**	**47.536**

(1) O PLA (Total) foi calculado em conformidade a Resolução CNSP 321/2015 e atualizações posteriores.

O capital mínimo requerido é o maior entre o capital base e o capital adicional, utilizado para a análise, conforme Resolução CNSP 321/2015 e atualizações posteriores.

15. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Receita com Resgates Antecipados de Títulos	10.538	11.299
Receita com Prescrição de Exigibilidades (1)	94	5.720
Débitos de Operações de Capitalização (2)	(132.767)	(132.254)
Outras	-	1
Total	**(122.135)**	**(115.234)**

(1) Refere-se a receita com a prescrição de títulos de capitalização, sobre os quais foram efetuados todos os procedimentos requeridos pelo código de defesa do consumidor, caso o beneficiário procure a instituição com um título de capitalização não resgatado a empresa de capitalização deliberará sobre a restituição.

(2) Refere-se, principalmente, a pagamento de comissões sobre as vendas de títulos de capitalização.

16. Despesas Administrativas – Diversas

Refere-se à despesas com convênio operacional com o Banco Santander no valor de R$2.872 (2017 - R$1.701), despesas com multas de R$400 (2017 - R$53) e despesas judiciais de ações cíveis no valor de R$17.

17. Despesas com Tributos

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
COFINS	7.420	7.540
PIS	1.206	1.225
Taxa de Fiscalização da SUSEP	639	617
Outras	19	14
Total	**9.284**	**9.396**

18. Resultado Financeiro

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Receitas Financeiras	**89.474**	**112.925**
Títulos de Renda Fixa (Nota 5.c)	86.558	109.038
Atualização de Depósitos Judiciais	2.845	3.887
Outras	71	-
Despesas Financeiras	**(47.637)**	**(56.803)**
Provisões Técnicas (Nota 13)	(43.994)	(49.602)
Impostos e Contribuições	(3.171)	(6.767)
Outras	(472)	(434)
Total	**41.837**	**56.122**

19. Resultado Patrimonial

Composto por rendas de aluguéis no valor de R$416 (2017 - R$416) (Nota 21.c) e despesas com depreciação de imóveis não de uso próprio no valor de R$20 (2017 - R$26).

20. Ativos e Passivos Fiscais

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2018
Provisão para Contingências Fiscais	19.648	1.266	(290)	20.624
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	183	4.355	-	4.538
Outras Provisões Temporárias	1.512	82	-	1.594
Saldo dos Créditos Tributários/Registrados	**21.343**	**5.703**	**(290)**	**26.756**

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2017
Provisão para Contingências Fiscais	17.608	3.011	-	20.619
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	1.176	-	(1.072)	104
Outras Provisões Temporárias	2.006	-	(151)	1.855
Saldo dos Créditos Tributários/Registrados	**20.790**	**3.011**	**(1.223)**	**22.578**

(1) Inclui o crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Em 30 de junho de 2018 e 2017, a Santander Capitalização não possui créditos tributários não ativados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

				30/06/2018
	Diferenças Temporárias			Total
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**PIS/COFINS**	**Registrados**
2018	162	325	25	512
2019	6.170	4.158	49	10.377
2020	288	629	49	966
2021	7.283	4.598	49	11.930
2022	253	152	49	454
2023 a 2025	758	455	148	1.361
2026 a 2027	519	311	99	929
Até Junho de 2028	127	75	25	227
Total	**15.560**	**10.703**	**493**	**26.756**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R$22.383 (31/12/2017 - R$17.806), calculados tendo em vista a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

d) Tributos Diferidos

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2017	Realização	Saldo em 30/06/2018
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	12.754	(10.149)	2.605
Total - Passivo não Circulante	**12.754**	**(10.149)**	**2.605**

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Saldo em 30/06/2017
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	5.489	7.286	12.775
Total - Passivo não Circulante	**5.489**	**7.286**	**12.775**

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

				30/06/2018
	Diferenças Temporárias			
Ano	**IRPJ**	**CSLL**	**PIS/COFINS**	**Total**
2018	73	44	14	131
2019	145	87	28	260
2020	145	87	28	260
2021	145	87	29	261
2022	145	87	29	261
2023 a 2025	435	261	85	781
2026 a 2027	290	174	57	521
Até Junho de 2028	73	43	14	130
Total	**1.451**	**870**	**284**	**2.605**

e) Impostos Diferidos

Os dados dos saldos das rubricas créditos tributários diferidos e passivos fiscais diferidos são:

	30/06/2018	31/12/2017
Créditos Tributários	**26.756**	**21.343**
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	4.538	183
Diferenças Temporárias	22.218	21.160
Passivos Fiscais	**2.605**	**12.754**
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	2.605	12.754

As movimentações dos saldos das rubricas créditos tributários diferidos e passivos fiscais diferidos nos últimos dois anos foram:

	Saldo em 31/12/2017	Ajuste ao Resultado	Ajuste no Patrimônio Líquido	Saldo em 30/06/2018
Créditos Tributários Diferidos	21.343	1.056	4.357	26.756
Passivos Fiscais Diferidos	12.754	-	(10.149)	2.605
Total	**8.589**	**1.056**	**14.506**	**24.151**

	Saldo em 31/12/2016	Ajuste ao Resultado	Ajuste no Patrimônio Líquido	Saldo em 30/06/2017
Créditos Tributários Diferidos	20.790	2.860	(1.072)	22.578
Passivos Fiscais Diferidos	5.489	-	7.286	12.775
Total	**15.301**	**2.860**	**(8.358)**	**9.803**

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Resultado antes dos Impostos	**76.433**	**95.641**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (1)	**(34.395)**	**(43.038)**
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(425)	(180)
Demais Ajustes - CSLL 5%	(142)	905
Demais Ajustes	487	12
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(34.475)**	**(42.301)**

(1) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.n).

g) Cálculo Efetivo das Alíquotas no Patrimônio Líquido

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Resultado antes dos Impostos	76.433	95.641
Imposto de Renda e Contribuição Social	(34.475)	(42.301)
Alíquota Efetiva	45,1%	44,2%

h) Imposto Reconhecido no Patrimônio Líquido

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado, a Santander Capitalização possui os seguintes valores no patrimônio líquido:

	30/06/2018	31/12/2017
Créditos de Impostos Contabilizados no Patrimônio	**4.538**	**183**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	4.538	183
Débitos de Impostos Contabilizados no Patrimônio	**(2.605)**	**(12.754)**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(2.605)	(12.754)
Total	**1.933**	**(12.571)**

21. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Capitalização realizada em 29 de março de 2018, foi aprovado a fixação no montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2018 no valor máximo de R$10.

A Santander Capitalização é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, controlador direto da Sancap e indireto da Santander Capitalização.

A Santander Capitalização não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2018 e 2017, não foram registrados despesas com honorários para a Diretoria Executiva.

b) Participação Acionária

A Santander Capitalização é controlada pela Sancap, a qual possui participação acionária direta de 64.614.988 ações ordinárias, equivalentes a 99,999998% do capital social e, indiretamente pelo Banco Santander (através da Sancap), que possui participação acionária direta de 1 ação ordinária, equivalentes a 0,000002% do capital social, perfazendo uma participação total de 100%.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo		
Disponível	**5.839**	**2.801**
Banco Santander (1)	5.839	2.801
Títulos e Créditos a Receber	**69**	**69**
Banco Santander (1)	69	69
Débitos de Operações com Capitalização (Nota 11)	**(20.394)**	**(18.914)**
Banco Santander (1)	(20.394)	(18.914)
Provisões Técnicas de Capitalização	**(17.656)**	**(16.102)**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (3)	(17.404)	(16.102)
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (3)	(252)	-

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Resultado		
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	**10.908**	**12.051**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (3)	10.772	12.052
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (3)	136	(1)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	**127.251**	**(128.690)**
Banco Santander (1)	127.251	(128.690)
Despesas Administrativas	**(7.774)**	**(4.910)**
Banco Santander (1)	(7.774)	(4.910)
Resultado Financeiro	**-**	**(346)**
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (2)	-	(346)
Resultado Patrimonial (Nota 19)	**416**	**416**
Banco Santander (1)	416	416
Donativos e Contribuições	**(750)**	**(1.594)**
Santander Cultural	(750)	(1.594)

(1) O Banco Santander é o controlador indireto da Santander Capitalização através da Sancap (Nota 21.b).

(2) Controlada Indireta pelo Banco Santander Espanha.

(3) O Banco Santander Espanha exerce influência significativa, detêm o poder de participar das decisões de politicas financeiras e operacionais da investida, mas não controla nem detém controle conjunto da mesma.

22. Gerenciamento de Riscos

Gestão do Risco

A gestão de risco da Santander Capitalização tem como objetivo a proteção do seu capital e dos recursos de seus clientes, zelando pela liquidez, solvência e rentabilidade do negócio. São analisados entre outros os seguintes riscos:

Gestão do Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas associadas a potencial deterioração da qualidade creditícia de uma contraparte em relação às suas obrigações financeiras pactuadas.

O processo de gerenciamento do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, análise, controle, mitigação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações da Santander Capitalização no ato da alocação dos recursos de seus beneficiários.

Para controle das exposições, a Santander Capitalização conta com metodologia própria de aferimento de *rating* dos títulos, sendo atualizado periodicamente e com constante monitoramento da carteira.

A carteira de títulos de renda fixa é composta exclusivamente por títulos públicos, na carteira própria e através de fundos de investimentos.

Controle e Gestão do Risco Operacional

Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos.

Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização, mas exclui aqueles que ocorram como consequência de riscos estratégicos.

A gestão do controle do risco operacional estão suportados pelo modelo de linhas de defesa, onde papéis e responsabilidades são atribuídos a todas as camadas da organização para o tema de riscos operacionais.

A área de Controle do Risco Operacional atua como 2ª linha de defesa, definindo políticas, metodologia e ferramentas para a gestão do risco operacional, além de promover o desafio à 1ª linha de defesa (demais áreas).

O modelo permite um contínuo aprimoramento na gestão e controle dos riscos operacionais, na prevenção e redução das perdas e eventos de riscos, na identificação de planos de ação e na manutenção da continuidade dos negócios, convergindo ao fortalecimento do ambiente de controles internos.

Gestão do Risco de Reputação

Risco Reputacional é o risco de dano ao modo como a Santander Capitalização é vista pela opinião pública, por seus clientes, investidores ou qualquer parte interessada e que podem ocasionar importantes perdas financeiras para a Instituição.

A gestão e controle dos riscos no Conglomerado Santander se estruturam em três linhas de defesa que desenvolvem funções distintas e independentes:

i. Gestão de riscos desde a sua geração;

ii. Controle e consolidação dos riscos, supervisionando sua gestão; e

iii. Revisão independente das atividades de riscos.

As três linhas de defesa contam com um nível de separação e independência suficientes para não comprometer a efetividade da gestão.

Sem prejuízo da independência antes mencionada, as três linhas de defesa devem atuar coordenadamente a fim de maximizar sua eficiência e potencializar sua efetividade.

Gestão do Risco de Compliance

Risco de Compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma Instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas do mercado em que atua. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis.

Gestão do Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que uma Instituição honre seus compromissos financeiros em razão do descasamento de recebimentos e pagamentos.

No caso da Santander Capitalização esse risco pode ser traduzido em não honrar os resgates, vencimentos e pagamentos de prêmios aos detentores dos títulos de capitalização em decorrência de dificuldades de negociar os ativos da carteira no mercado. Essa situação pode ocorrer em virtude da indisponibilidade de recursos para pagamento das obrigações ou por condições de mercado que reduzam a negociação dos ativos que compõem a carteira.

Gerenciamento do Risco de Liquidez

A política de investimento da Santander Capitalização coloca a liquidez como o principal critério de escolha dos ativos para composição da carteira de investimentos mantendo o nível de liquidez em patamares conservadores.

Para avaliação do fluxo de caixa das obrigações da Companhia é utilizado análise atuarial baseada no comportamento histórico dos pagamentos de sorteio e resgates antecipados dos títulos de capitalização.

Gestão do Balanço (Ativos e Passivos)

O processo de gestão de ativos e passivos (ALM) da Santander Capitalização analisa seus fluxos de caixa e seus respectivos riscos. Sendo responsável por administrar as exposições, as decisões sobre seus ativos são tomadas de forma coordenada com seus passivos. Este é um processo contínuo de formulação, monitoramento e revisão de estratégias que são aprovadas nos Comitês de Investimento, respeitando os órgãos reguladores e os limites estabelecidos.

Gestão do Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de incorrer em perdas monetárias provenientes da oscilação dos valores de mercado dos ativos detidos por uma Instituição resultante de variações nas taxas de juros e preços negociados.

A política de gestão de risco da Santander Capitalização visa alocar recursos em ativos financeiros que permitam proteger os resultados da empresa sempre observando as exigências de liquidez. A estrutura de limites é definida pela área de controle de riscos e aprovada em comitê observando a governança estabelecida.

A mensuração do risco de mercado é realizada com base nas sensibilidades NIM e MVE definidas a seguir:

• NIM (*Net Interest Margim*): avalia o impacto na margem financeira da Companhia, no horizonte de um ano, para uma variação paralela de 1% na curva de juros. A margem financeira é definida pela diferença entre a remuneração dos ativos e a remuneração dos passivos.

• MVE (*Market Value of Equity*): avalia a variação absoluta do valor de mercado dos fluxos de caixa de um título ou de uma carteira para uma variação paralela de 1% na curva de juros.

A política de investimentos da Santander Capitalização tem como objetivo manter estáveis os resultados ao longo do tempo e proteger o valor de mercado da Companhia mantendo as sensibilidades NIM e MVE próximas de zero.

O quadro resumo abaixo sintetiza os valores de sensibilidade ao valor patrimonial das operações estruturais da Santander Capitalização para cada um dos cenários abaixo da carteira no dia 30 de junho de 2018:

Carteira Banking

Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições Sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(2.253)	(49.673)	(95.604)
Taxa Referencial	Exposições Sujeitas à Variação de Cupom de Taxa Referencial - TR	(1.577)	(45.593)	(95.114)
Total (1)		**(3.830)**	**(95.266)**	**(190.718)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas, de acordo com a norma Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente nossas posições:

Cenário 1: Choque de +10bps e -10bps em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco;

Cenário 2: Choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco; e

Cenário 3: Choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Gestão de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e as políticas internas do Conglomerado Santander. O objetivo é manter uma estrutura de capital que suporte os objetivos estratégicos e os requisitos regulatórios.

A fim de gerir adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são realizadas e baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, etc.) e em cenários macroeconômicos. Estas estimativas são utilizadas pela Santander Capitalização como referência para o plano de ações gerenciais necessários para atingir seus objetivos.

23. Outras Informações

Conforme deliberado na AGE realizada em 7 de julho de 2008, a Companhia adotou a prerrogativa de aderir ao Comitê de Auditoria Único na instituição líder do Conglomerado Financeiro do Santander, nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP 321/2015 e alterações posteriores. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR SUPERINTENDENTE

Luciano Felipe de Carvalho Benício

DIRETORES EXECUTIVOS

Amancio Acúrcio Gouveia

Marcio Giovannini

CONTADOR

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo da Silva Santana - MIBA 2397

DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO

Amancio Acúrcio Gouveia

***

Nosso propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem.
E acreditamos que tudo deve ser feito de um jeito:

Simples | Pessoal | Justo